

## A JUSTIFICAÇÃO POR CONSENSO SOBREPOSTO EM JOHN RAWLS

Denis Coutinho Silveira (UFPEL)

[deniscoitinhosilveira@gmail.com](mailto:deniscoitinhosilveira@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é estabelecer algumas considerações sobre o papel da categoria de consenso sobreposto na teoria da justiça como eqüidade de John Rawls nas obras *Political Liberalism* (Lecture IV), *Justice as Fairness: A Restatement* (§ 11) e *Replay to Habermas* (§ 2). Nossa intensão é a de identificar um modelo pragmático de justificação em um âmbito público, compreendendo os princípios de justiça para a estrutura básica da sociedade como um mínimo social que visa à garantia da estabilidade e legitimidade. Esse modelo asseguraria critérios públicos para a determinação dos principais acordos constitucionais, econômicos e sociais. Com a afirmação dos valores políticos de razoabilidade e reciprocidade, identificar-se-á um modelo pragmatista universalista de justificação com base em um intuicionismo mitigado.

**Palavras-chave:** consenso sobreposto, justificação, razão pública

### INTRODUÇÃO

O problema central que será investigado é a respeito do papel justificacional que assume a categoria de consenso sobreposto na teoria da justiça elaborada por John Rawls. Quero investigar como ele compreende a possibilidade de uma justificação dos princípios de justiça para a estrutura básica da soci-

idade, oportunizando uma base comum mínima para a estabilidade e legitimidade, defendendo uma posição cognitivista com base em valores públicos (morais-políticos) de liberdade e igualdade, e, finalmente, assumindo um ideal de cidadania democrática e dever de civilidade no âmbito das questões essenciais de justiça e elementos constitucionais essenciais, a partir de uma justificação pragmatista em um âmbito público. Um dos problemas centrais abordados na teoria da justiça como equidade é o da justificação moral em um âmbito público, isto é, o de como estabelecer uma orientação dos juízos e princípios morais, recusando tanto a posição fundamentalista como a posição cética ou emotivista e contrapondo-se à hegemônica visão moral que afirma a impossibilidade de justificação dos juízos morais em função de sua subjetividade ligada às emoções. Essa contraposição se basearia na defesa da objetividade desses juízos a partir da capacidade das pessoas de serem mais ou menos razoáveis, posicionando-se contrariamente ao ceticismo moral, bem como subsumindo alguns valores públicos substanciais para recusar a indiferença ética.

O objetivo de uma justificação pública é especificar a idéia de justificação de forma apropriada para uma concepção política de justiça para uma sociedade caracterizada pela democracia e pelo pluralismo razoável. A justificação pública é sempre endereçada aos outros que discordam de nós e, conseqüentemente, deve sempre proceder para algum consenso, isto é, para premissas que nós e os outros publicamente reconhecemos como verdadeiras. É possível apontar três modelos de justificação pública na teoria da justiça como equidade: (1) o equilíbrio reflexivo (*reflective equilibrium*) e (2) a idéia de consenso sobreposto (*overlapping consensus*), (3) idéia de razão pública (*public reason*). O equilíbrio reflexivo é um método intuitivo e indutivo, pois justifica os princípios de justiça a partir dos juí-

zos morais convergentes da cultura pública de uma sociedade democrática, como tolerância religiosa e repúdio à escravidão, defendendo a hipótese de que os princípios escolhidos na posição original correspondem aos juízos morais dos indivíduos e, assim, esses princípios descrevem nosso senso de justiça (RAWLS 2000a, vol. I, §9, p. 42-3). Esse método quer estabelecer o critério moral (regra) a partir do uso, o que revela um apelo intuicionista na identificação do que é bom, sem a reivindicação de um fundacionalismo (RAWLS 2001, vol. I, §10.4, p. 31). Por sua vez, a idéia de razão pública afirma que as questões constitucionais essenciais e os elementos de justiça básica são afirmados a partir de valores políticos que podem ser endossados por todos os cidadãos na forma de um consenso sobreposto (*overlapping consensus*) entre doutrinas abrangentes, o que demonstra uma proximidade com o pragmatismo em razão da justificação se dar em um âmbito performativo da linguagem, em que fala (ato locucionário), ação (ato ilocucionário) e efeito (ato perlocucionário) se co-relacionam no acordo público.

A pergunta básica a ser respondida é a respeito de qual o estatuto justificacional da idéia de consenso sobreposto. Note-se que há certa linha de continuidade entre os três métodos no que diz respeito a um posicionamento cognitivista que recusa o anti-realismo e o ceticismo. O intuicionismo do equilíbrio reflexivo nos remete a uma proximidade com o realismo moral no momento em que acontece uma identificação da cooperação como aquilo que é o bom. Por sua vez, a idéia de consenso sobreposto e razão pública parecem estar situadas em um horizonte de justificação pragmatista, pois procura realizar um consenso moral-político entre as diversas doutrinas abrangentes. Entretanto, parece que este pragmatismo subsume um caráter intuicionista de realismo moral ao afirmar o valor intrín-

seco dos deveres morais-políticos, isto é, os valores políticos da razão pública. Para tanto, inicio com a análise da estabilidade possibilitada pelo liberalismo político; posteriormente, identifique as diferenças entre um *modus vivendi*, consenso constitucional e consenso sobreposto e, finalmente, ressalto as características do consenso sobreposto como uma justificação *pro tanto*, justificação plena e justificação pública.

## 1. LIBERALISMO POLÍTICO E ESTABILIDADE

O liberalismo político, enquanto teoria da justiça como eqüidade, quer refletir a maneira de se garantir a estabilidade (*stability*) de uma sociedade bem-ordenada, dado o fato do pluralismo razoável (*fact of reasonable pluralism*). Como nenhuma doutrina abrangente razoável pode garantir essa estabilidade, dada a pluralidade de opiniões, faz-se necessário introduzir a idéia de um consenso sobreposto (*overlapping consensus*) sobre doutrinas abrangentes razoáveis<sup>1</sup>. A categoria de consenso sobreposto é introduzida para estabelecer uma idéia de uma sociedade bem-ordenada mais realista e ajustada às condições históricas e sociais das sociedades democráticas, o que inclui o fato do pluralismo razoável (*reasonable pluralism*) (RAWLS 2001, vol. I, §11.1, p. 32)<sup>2</sup>. Rawls estabelece uma distinção entre as concepções de justiça, distinguindo aquelas que admitem uma pluralidade de doutrinas abrangentes razoáveis, cada uma com sua concepção de bem e as concepções de justiça que admitem somente uma concepção de bem. Nesta interpretação, as concepções de justiça de Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino situam-se no horizonte das concepções que só admitem uma concepção de bem racional e razoável (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.1, p. 134)<sup>3</sup>. Para Rawls, essa concepção quer determinar a natureza e o conteúdo dessa concepção de bem, pois analisa a filosofia política como parte da filo-

sofia moral, da teologia e da metafísica. Rawls também destaca que, como a análise em questão é que nenhuma doutrina abrangente é apropriada enquanto concepção política para um regime constitucional, os liberalismos de Kant e Mill, por serem doutrinas abrangentes (*comprehensive doctrines*), não são apropriados enquanto concepções políticas para alcançar um consenso sobreposto (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.1: 135).

A questão é investigar a possibilidade do consenso sobreposto no liberalismo político e, para tanto, deve-se ressaltar as características da relação política em um regime constitucional. A primeira característica observa que é uma relação de pessoas dentro da estrutura básica de uma sociedade na qual os cidadãos ingressam pelo nascimento e só saem pela morte (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.2, p. 135-6). A segunda característica ressalta que o poder político é um poder coercitivo, baseado no uso que o Estado faz das sanções, sendo que só o Estado tem legitimidade para, coercitivamente, impor as leis: a relação política em um regime constitucional ressalta que o poder político é o poder público, ou seja, é o poder dos cidadãos livres e iguais na situação de corpo coletivo (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.2, p. 136). Isso revela a importância de se analisar a questão da legitimidade da autoridade política, ligada à idéia de razão pública. O princípio liberal de legitimidade exige a coerência do poder político com a constituição, cujos elementos possam ser endossados por cidadãos livres e iguais a partir de princípios e ideais aceitáveis para a razão humana comum. A esfera política distingue-se da esfera associacional que é voluntária, enquanto a primeira não é e também se distingue das esferas pessoal e familiar, que são afetivas. As esferas associacional, pessoal e familiar são exemplos do não-político<sup>4</sup>.

Rawls ressalta duas questões centrais para o liberalismo político na perspectiva de um regime constitucional razoavel-

mente bem-ordenado: 1- as questões sobre os fundamentos constitucionais e as questões de justiça básica devem ser resolvidas no âmbito dos valores políticos apenas e 2- esses valores políticos têm peso para superar outros valores que podem conflitar com eles (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.4, p. 137-8). Isso revela o significado de razoável no liberalismo político, em que na perspectiva de uma pluralidade de doutrinas abrangentes razoáveis, não é possível usar o poder político público para a determinação de uma doutrina abrangente, isto é, quando se quer usar o poder político do público para impor uma doutrina abrangente não se está sendo razoável. O liberalismo político é possível porque sua proposta é apresentar uma concepção de justiça política que estabeleça os princípios fundamentais para a estrutura básica da sociedade e que especifique os termos da cooperação social com base em valores puramente políticos que sejam auto-sustentados (*freestanding view*). Esses valores políticos envolvem tanto os valores de justiça (valor de igual liberdade política e civil, igualdade eqüitativa de oportunidades, valor da reciprocidade econômica e as bases sociais do respeito entre cidadãos) como os valores da razão pública (virtudes da razoabilidade e imparcialidade) e expressam o ideal político liberal, em que o poder político é exercido na forma que se possa esperar que todos possam endossar à luz de uma razão humana comum (RAWLS 1996a, vol. IV, §1.5, p. 139) e, também, em função de a história registrar uma pluralidade de concepções abrangentes que são razoáveis, isto é, que garantem a liberdade e igualdade de todos, possibilitando um consenso sobreposto entre doutrinas abrangentes razoáveis e reduzindo os conflitos entre valores puramente políticos e outros valores ligados a uma concepção abrangente<sup>5</sup>.

A justiça como eqüidade é apresentada por dois estágios, a saber: no primeiro estágio, a teoria da justiça como eqüidade é

articulada como uma concepção política e moral auto-sustentada para a estrutura básica da sociedade e, no segundo estágio, identifica-se que, depois de os princípios de justiça estarem formulados, enfrenta-se a questão de saber se a justiça como eqüidade é estável. A estabilidade irá determinar se essa concepção é satisfatória ou não. A questão da estabilidade envolve duas questões fundamentais: 1- a de saber se as pessoas que crescem no meio de instituições justas adquirem um senso de justiça suficiente, agindo de acordo com essas instituições e 2- a de saber se em função do fato do pluralismo razoável, a concepção política pode ser o foco de um consenso sobreposto (RAWLS 1996a, vol. IV, §2.1, p. 141). A primeira questão é respondida com base na psicologia moral, segundo a qual os cidadãos de uma sociedade bem-ordenada adquirem um senso de justiça, agindo conforme arranjos justos, e a segunda questão é respondida pela idéia de um consenso sobreposto e pelo enfrentamento de dificuldades geradas por ele (RAWLS 1996a, vol. IV, §2.1, p. 141)<sup>6</sup>.

Distinguem-se duas formas pelas quais uma concepção política pode tratar da questão da estabilidade. A primeira caracteriza a estabilidade como uma questão puramente prática, isto é, se ela não for estável, é inútil tentar realizá-la. A segunda caracteriza a estabilidade pela natureza das forças que a garantem (RAWLS 1996a, vol. IV, §2.2, p. 142). A resposta à primeira questão ressalta que, sob certos pressupostos de psicologia humana razoável e condições normais de vida, os que crescem sob instituições justas adquirem um senso de justiça e as defendem de maneira suficiente a torná-las estáveis. A resposta à segunda questão, que questiona se, a partir do pluralismo razoável, a justiça como eqüidade pode ser o foco de um consenso sobreposto, necessita de uma reflexão sobre a idéia de tal consenso e suas dificuldades e de mostrar como, com a mesma

psicologia moral razoável, a justiça como eqüidade pode assumir esse papel (RAWLS 1996a, vol. IV, §2.2, p. 142-3).

A estabilidade pretendida pela justiça como eqüidade está fundamentada em uma concepção política liberal, isto é, uma concepção que pretende ser aceitável para todos os cidadãos razoáveis e racionais, livres e iguais, voltada para a razão pública dos cidadãos<sup>7</sup>. A razoabilidade da justiça como eqüidade está baseada na possibilidade da conquista do apoio dos cidadãos, a partir de um direcionamento à razão de cada cidadão, do modo como isso é concebido dentro de sua própria estrutura e, dessa maneira, ela é uma visão de legitimidade da autoridade política<sup>8</sup>.

## 2. *MODUS VIVENDI*, CONSENSO CONSTITUCIONAL E CONSENSO SOBREPOSTO

O consenso sobreposto é procurado entre doutrinas abrangentes razoáveis, circunscrevendo a questão ao fato do pluralismo razoável e não ao pluralismo enquanto tal, e a concepção pública de justiça deve ser apresentada de forma auto-sustentada, afastada de concepções religiosas, filosóficas ou morais. Rawls quer responder às objeções a respeito da possibilidade da idéia de unidade social baseada em um consenso sobreposto relativo a uma concepção política de justiça. A primeira objeção é a de que o consenso sobreposto seria apenas um *modus vivendi* (RAWLS 1996a, vol. IV, §3.2, p. 145), porque, mesmo conseguindo a estabilidade, uma concepção política não pode basear-se nele, pois abandona a esperança da comunidade política e promove um entendimento público que é apenas um *modus vivendi* (RAWLS 1996a, vol. IV, §3.3, p. 146). A resposta à objeção ressalta que a esperança da comunidade política deve ser abandonada, se essa comunidade política é entendida como tendo uma doutrina abrangente; o



fato do pluralismo razoável exclui essa possibilidade. Um consenso sobreposto não pode ser confundido com um *modus vivendi*, pois são radicalmente opostos em função de seus pressupostos diferenciados. *Modus vivendi* significa, frequentemente, um tratado entre dois Estados que têm interesses e objetivos nacionais causadores de conflito. Este tratado é visto apenas como uma forma de autoproteção, da mesma forma que um consenso social, baseado nos interesses pessoais ou de grupos ou no resultado da negociação, e tem sua unidade social como puramente aparente (RAWLS 1996a, vol. IV, §3.3, p. 147).

Por sua vez, um consenso sobreposto diferencia-se em função de três características essenciais: (1) uma concepção política de justiça é uma concepção moral, isto é, o objeto do consenso é moral; (2) a concepção política de justiça é endossada por razões morais, incluindo as concepções de sociedade e cidadãos enquanto pessoas morais; (3) o objeto moral e as razões morais estão ligados à estabilidade, significando que aqueles que concordam com as diversas visões que sustentam a concepção política não poderão deixar de apoiá-la, se sua força relativa na sociedade aumentar e tornar-se dominante (RAWLS 1996a, vol. IV, §3.5, p. 147-8). O consenso sobreposto possui uma profundidade maior, pois chega até as idéias fundamentais, nas quais a justiça como equidade é desenvolvida e, também, possui uma extensão que é determinada no momento em que o consenso abarca os princípios e valores de uma concepção política e apóia-se na estrutura básica da sociedade, servindo para a criação de uma base pública de justificação (*public basis of justification*) e garantindo, assim, uma base mais razoável para a unidade e estabilidade social marcada pelo pluralismo razoável (RAWLS 1996a, vol. IV, §3.5, p. 149-5; 2001, vol. I, §11.5, p. 37)<sup>9</sup>.

A segunda objeção acusa o consenso sobreposto sobre uma concepção política de justiça de resultar em indiferença ou em ceticismo por não afirmar a verdade, mas somente o razoável na perspectiva construtivista (RAWLS 1996a, vol. IV, §4.1, p. 150; 2001, vol. I, §11.5, p. 36). A questão fundamental é não negar e nem defender qualquer doutrina abrangente e, como cada cidadão concorda com uma delas, espera-se que todos possam aceitar a concepção política como razoável ou verdadeira, tomando por base sua própria doutrina abrangente. O objetivo fundamental do consenso sobreposto em uma concepção política de justiça como equidade é descobrir uma base comum para o que é considerado razoável em um sistema democrático de uma sociedade bem-ordenada (RAWLS 1996a, vol. IV, §4.2, p. 151), não sendo necessário promover uma parte de uma doutrina abrangente mais do que o que é imprescindível ou útil para o objetivo específico do consenso político (RAWLS 1996a, vol. IV, §4.3, p. 152-3; 2001, vol. I, §11.5, p. 36). Essa restrição tem por objetivo respeitar os limites da razão pública e, assim, é possível alcançar um consenso sobreposto a respeito de uma concepção política de justiça. O horizonte do consenso sobreposto é a tentativa de completar e ampliar, em termos de justiça política, o movimento iluminista (do esclarecimento) que propôs: o princípio da tolerância, o Estado não-confessional e a liberdade de consciência, circunscrevendo sua atuação na escolha de princípios de justiça política para a aplicação na estrutura básica da sociedade<sup>10</sup>.

A terceira objeção afirma que uma concepção de justiça deve ser abrangente, pois não seria possível resolver conflitos de justiça sem a concordância religiosa, filosófica ou moral (RAWLS 1996a, vol. IV, §5.1, p. 154). A resposta de Rawls ressalta a importância de uma visão pluralista, não sendo sistematicamente unificada, em que uma concepção política é

entendida como parte de uma doutrina abrangente, mas não é uma conseqüência dos valores não-políticos dessa doutrina (RAWLS 1996a, vol. IV, §5.1, p. 155). O essencial em uma concepção de justiça que busca o consenso sobreposto de doutrinas abrangentes é elaborar a estrutura básica da sociedade de maneira que se evitem os conflitos insolúveis, além de operar com princípios claros e simples que sejam publicamente entendidos<sup>11</sup>. A questão levantada por Rawls é como uma concepção de justiça política pode expressar valores políticos que superam outros valores que possam conflitar com eles. A resposta se encontra no argumento liberal da concepção política que protege os direitos fundamentais e lhes atribui uma prioridade especial e garante, também, aos cidadãos meios materiais para o uso efetivo desses direitos fundamentais (RAWLS 1996a, vol. IV, §5.3, p. 156-7). Fica ressaltada a importância das virtudes de cooperação política como a tolerância, a disposição de fazer concessões mútuas, a razoabilidade e o senso de justiça, que se constituem como um grande bem público e parte do capital político da sociedade<sup>12</sup>. Outro motivo fundamental apontado para a supremacia dos valores políticos é que eles diminuem os conflitos graves com outros valores. Essa diminuição dos conflitos se dá em função do consenso sobreposto que sustenta a concepção política que não contrasta ou conflita com os valores religiosos, filosóficos e morais (RAWLS 1996a, vol. IV, §5.4, p. 157-8). É importante ressaltar que o trabalho de reconciliação mediante o uso da razão pública identifica o papel determinante dos valores políticos e encontra uma área de aceitação suficientemente ampla entre os valores políticos, bem como entre outros valores para um consenso sobreposto, levando-se em consideração o fato do pluralismo razoável que possibilita evitar a utilização de doutrinas gerais e abrangentes<sup>13</sup>. A quarta objeção considera o consenso sobre-

posto utópico e o esclarecimento segue na direção de demonstrar que o consenso sobreposto não é utópico, pois é possível sua criação e a garantia de sua estabilidade. Para tanto, estabelece-se um esboço em dois estágios. O primeiro estágio termina em um consenso constitucional, um estágio em que o consenso não é profundo e os princípios são aceitos puramente como critérios instrumentais, e o segundo estágio termina com um consenso sobreposto (RAWLS 1996a, vol. IV, §6.1, p. 158).

O consenso constitucional não é profundo, pois os princípios não se baseiam em uma concepção pública compartilhada, nem se baseiam nas idéias de sociedade e pessoa morais. O consenso constitucional envolve apenas os procedimentos políticos do governo democrático, tendo seu âmbito restrito e não incluindo a estrutura básica da sociedade (RAWLS 1996a, vol. IV, §6.1, p. 158-9). O que se desvela como fundamental é saber como é criado um consenso constitucional. Ele é criado a partir de certo contexto histórico, no qual certos princípios liberais de justiça são incorporados às instituições políticas existentes e aceitos como um *modus vivendi*<sup>14</sup>. Outra questão é colocada: a saber, os princípios liberais de justiça podem conquistar a adesão em função de que valores políticos? A adesão pode ser conquistada por instituições políticas que garantem a todos os cidadãos os valores políticos incluídos no “conteúdo mínimo do direito natural”<sup>15</sup> e nos princípios liberais de justiça. Quando os princípios liberais regulam efetivamente as instituições políticas básicas, eles satisfazem os requisitos de um consenso constitucional estável. São três os requisitos de um consenso constitucional estável: (1) as instituições políticas básicas (que incorporam os princípios liberais) devem fixar o conteúdo de certas liberdades e direitos fundamentais (RAWLS 1996a, vol. IV, §6.3, p. 161); (2) os princípios liberais devem ser aplicados de acordo com a razão pública, isto é, de

acordo com as diretrizes correntes da indagação pública e as normas de verificação de evidências (RAWLS 1996a, vol. IV, §6.4, p. 161-2); (3) as instituições políticas básicas devem encorajar as virtudes cooperativas da vida política (razoabilidade, senso de justiça, espírito de conciliação, disposição a concessões mútuas, vontade de cooperação política) (RAWLS 1996a, vol. IV, §6.5, p. 163). O consenso constitucional consegue que os princípios liberais de justiça modifiquem as doutrinas abrangentes dos cidadãos, tornando-os razoáveis e, assim, o pluralismo passa a ser entendido como pluralismo razoável<sup>16</sup>.

A questão que se coloca como fundamental é a de analisar a passagem do consenso constitucional para um consenso sobreposto, percebendo o espaço existente nas doutrinas abrangentes que possibilite um consenso a respeito da concepção política em uma sociedade democrática. A profundidade de um consenso sobreposto determina que seus princípios e ideais políticos tenham por base uma concepção política de justiça que faça uso das idéias fundamentais de sociedade e pessoa da forma ilustrada pela justiça como eqüidade<sup>17</sup>. Isso revela a extensão do consenso, em que esses princípios vão além dos princípios políticos, estabelecendo certos direitos substantivos como a liberdade de consciência e pensamento, igualdade eqüitativa de oportunidades e princípios que atendam às necessidades básicas (RAWLS 1996a, vol. IV, §7.1, p. 164). A especificidade do consenso sobreposto estabelece seu foco numa concepção política de justiça, tendo a justiça como eqüidade como referência fundamental. A investigação prossegue com a análise das forças que levam um consenso constitucional na direção de um consenso sobreposto. Tem-se, assim, a importância da profundidade que obriga os grupos a participarem do fórum político de discussões e dialogarem com grupos que não compartilham de suas doutrinas abrangentes. A extensão

de um consenso sobreposto demonstra a insuficiência de um consenso constitucional puramente político e procedimental e demonstra a necessidade de coesão de um povo democrático na elaboração de uma legislação que atenda às questões básicas de justiça e aos fundamentos constitucionais (RAWLS 1996a, vol. IV, §7.3, p. 166-7; §7.4, p. 167-8)<sup>18</sup>. Disso conclui-se que a adesão inicial a uma concepção liberal de justiça enquanto *modus vivendi* pode mudar com o passar do tempo e levar, em primeiro lugar, a um consenso constitucional e, depois, a um consenso sobreposto (RAWLS 1996a, vol. IV, §7.4, p. 167-8). Com isso, demonstra-se a possibilidade do consenso sobreposto numa sociedade de tradição democrática caracterizada pelo fato do pluralismo razoável (RAWLS 1996a, vol. IV, §8.4, p. 171-2)<sup>19</sup>.

### 3. JUSTIFICAÇÃO *PRO TANTO*, PLENA E PÚBLICA

A função central da categoria de consenso sobreposto é a de possibilitar a construção de uma idéia de sociedade bem-ordenada que seja mais realista e que esteja ajustada às condições históricas e sociais de sociedades democráticas, sociedades essas que incluem o fato do pluralismo razoável<sup>20</sup>. Seu papel fundamental é o de alcançar o equilíbrio reflexivo geral e amplo na afirmação da concepção política sobre a base de suas diversas doutrinas abrangentes razoáveis, estabelecendo a justificação a partir de um consenso razoável. O razoável, aqui, diz respeito aos juízos político-morais passíveis de ser publicamente acordados pelos indivíduos que possuem diversas doutrinas filosóficas, morais e religiosas (doutrinas abrangentes), não operando com a categoria de verdade e expressando uma atitude reflexiva na tolerância, pois reconhece os limites da capacidade de julgar, isto é, reconhece os limites do juízo e conduz à liberdade de consciência e pensamento<sup>21</sup>. Creio ser importante

frisar que a categoria de consenso sobreposto está ligada à idéia de justificação pública (*idea of public justification*) e tem por objetivo especificar a idéia de justificação de forma apropriada para uma concepção política de justiça de uma sociedade democrática e caracterizada pelo pluralismo razoável (RAWLS 2001, vol. I, §9.2, p. 26)

No texto *Replay to Habermas (RH)*, Rawls esclarece de maneira cabal qual é o papel justificacional que assume a categoria de consenso sobreposto no interior de sua teoria da justiça como eqüidade. A questão levantada por Habermas era saber se o consenso sobreposto alude à fundamentação de uma concepção política de justiça já assumida para ser fundamentada como razoável, e como o liberalismo político usa o termo razoável. O problema apontado por Habermas investiga se a categoria “razoável” expressa a validade dos juízos políticos e morais ou expressa apenas uma atitude de tolerância<sup>22</sup>. A resposta a estas duas questões está relacionada a maneira como o liberalismo político especifica três tipos diferentes de fundamentação e dois tipos de consenso, e como os conecta com a idéia de estabilidade por retas razões e com a idéia de legitimidade: 1- justificação *pro tanto* da concepção política; 2- justificação plena (*full justification*) dessa concepção por uma pessoa individual na sociedade; 3- justificação pública (*public justification*) da concepção política pela sociedade política (RAWLS 1996b, §2.1, p. 385-6).

A primeira é a justificação *pro tanto* que estabelece o uso da razão pública em que a justificação da concepção política tem em conta somente valores políticos, isto é, valores que dão uma resposta razoável mediante a razão pública, como assuntos constitucionais essenciais e justiça básica. A segunda é a justificação plena, que é realizada por um cidadão individual como membro de uma sociedade. Cada cidadão, possuindo

sua doutrina compreensiva, aceita e insere-se na concepção política, que opera com valores políticos. A terceira é a justificação pública da concepção política pela sociedade política baseada na idéia de um consenso sobreposto razoável. Os cidadãos razoáveis têm-se em conta como defensores de doutrinas compreensivas razoáveis que apóiam a concepção política, informando a qualidade moral da cultura pública da sociedade (RAWLS 1996b, §2.1, p. 386-7).

A questão é buscar um equilíbrio reflexivo geral e amplo na afirmação da concepção política sobre a base de suas diversas doutrinas compreensivas razoáveis, estabelecendo a justificação a partir de um consenso sobreposto razoável (não definitivo). A idéia do consenso procede da política cotidiana em que a tarefa do político é alcançar um acordo, visando à maioria. A idéia do consenso sobreposto razoável está baseada na concepção política de justiça em que é elaborada, em primeiro lugar, como um ponto de vista independente que se pode justificar *pro tanto*, sem considerar as doutrinas compreensivas. Em uma sociedade democrática caracterizada pelo pluralismo razoável, mostrar que a estabilidade por razões retas é possível é, também, parte da justificação pública. A legitimidade é garantida pela suposição de que podemos expor argumentativamente que existem razões adequadas para que diferentes pessoas razoáveis afirmem conjuntamente a justiça como equidade e de forma simultânea sua concepção política efetiva, estando satisfeitas as condições de legitimidade para exercer o poder coercitivo sobre os outros. A estabilidade é alcançada por razões retas perante o tribunal do entendimento de cada pessoa: (1) a estrutura básica da sociedade é regulada pela concepção política da justiça mais razoável; (2) esta concepção está confirmada por um consenso sobreposto formado pelas doutrinas compreensivas razoáveis, estando em maioria em relação



aos que não aceitam esses pressupostos; (3) as discussões políticas públicas (quando se trata dos elementos constitucionais e assuntos de justiça básica) sempre são decididas sobre a base das razões especificadas pela concepção política de justiça mais razoável (RAWLS 1996b, §2.1, p. 391-4)<sup>23</sup>. É importante frisar que o consenso sobreposto não é alcançado como uma média entre os diversos juízos ligados às doutrinas abrangentes, mas é possibilitado pela afirmação de alguns juízos morais-políticos mínimos que devem sobrepor-se a diversidade moral, religiosa e filosófica.

Rawls responde, também, a pergunta respeito do uso do termo razoável, isto é, se razoável expressa a verdade ou validade dos juízos morais ou serve para expressar uma atitude reflexiva de tolerância. O razoável diz respeito aos juízos políticos, não operando com verdade, e expressa uma atitude reflexiva na tolerância, pois reconhece os limites da capacidade de julgar e conduz à liberdade de consciência e pensamento. Habermas afirma que o liberalismo político não pode evitar a questão da verdade e a concepção filosófica de pessoa. Rawls argumenta que as evita porque usa a categoria de razoável no sentido de uma atitude de tolerância e a concepção de pessoa é limitada a de cidadão, considerado como livre e igual (RAWLS 1996b, §2.2, p. 394-5).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rawls defende o liberalismo político como espaço político independente de uma concepção de bem, criando uma neutralidade a cerca das concepções de bem. O que está em jogo é a concepção pública de justiça que estabelece os fundamentos constitucionais e as questões de justiça básica através de um consenso sobreposto, isto é, um consenso político além das concepções de bem, constituindo-se como uma concepção de

justiça razoável. Com isso, pode-se perceber uma mudança central no uso das estratégias de justificação. Na obra *A Theory of Justice*, existiam duas estratégias de justificação, a saber, uma transcendental ou kantiana, como a concepção de personalidade moral (notada na posição original), outra reconstrutiva, visando ajustar a viabilidade do projeto anterior às condições de fato a partir do equilíbrio reflexivo. A partir do *Political Liberalism*, Rawls prefere estabelecer uma troca da justificação kantiana pela razão política. Esta mudança é possível a partir da distinção entre os conceitos de verdade (teorias morais compreensivas) e razoabilidade (concepção política). A validade da concepção política não pretende abranger teorias éticas, concepções religiosas, filosóficas ou morais. Passa a depender do razoável, dos pressupostos de pretensão de validade universal. Não opera com critério de verdade sobre o bem ou a vida boa, estabelecendo condições para que as teorias compreensivas façam a incorporação em uma sociedade política de pessoas livres e iguais. A razoabilidade exige que toda norma que aspire validade universal deva ser submetida à prova da intersubjetividade, utilizando razões que todos podemos compartilhar como um *mínimum* político para a organização social em nível político. Este posicionamento exige justificação das normas com pretensão de validade para poderem ser debatidas, compreendidas e aceitas pela comunidade.

O consenso sobreposto não opera com as idéias de verdade ou correção que seriam inferidas de doutrinas abrangentes, mas, antes, faz uso da idéia do politicamente razoável que afirma valores morais-políticos normativos a partir do critério de reciprocidade. Esses valores são, a saber: dever de civilidade, que implica na defesa da virtude de amizade cívica e de um ideal de cidadania democrática, que toma por base a legitimidade da lei, o que significa a defesa dos princípios de tolerân-

cia e liberdade de consciência, assegurando os direitos, liberdades e oportunidades básicas dos cidadãos na estrutura básica da sociedade.

O que isso significa? Que Rawls estaria assumindo uma posição não-cognitivista, anti-realista e cética ao não apelar para a idéia de verdade ou correção dos juízos morais-políticos? Não creio ser este o caso, pois com a afirmação do critério de reciprocidade em um âmbito de legitimidade legal, Rawls está estabelecendo uma referência de objetividade para a multiplicidade dos juízos morais discordantes. É evidente que esta objetividade é mais fraca do que a oportunizada pelos critérios de verdade e correção. Entretanto, identificada a dificuldade de uma fundamentação absoluta, que tomaria por pressuposto uma razão mais forte, a razão pública rawlsiana possibilita uma orientação cognitivista para a determinação dos juízos morais, sendo mais forte do que nenhuma fundamentação e mais fraca do que uma fundamentação propriamente dita. O critério objetivo de reciprocidade é construído tendo por base uma razão comum de todos os cidadãos que assumem um forte compromisso público com ideais e valores políticos, o que possibilita a construção dos princípios de justiça que estabelecem a defesa da igual liberdade, da igualdade eqüitativa de oportunidades e da diferença.

A partir da afirmação de Rawls a respeito do valor intrínseco dos valores de justiça (igual liberdade, igualdade eqüitativa de oportunidades, reciprocidade econômica e bases sociais do respeito mútuo) e valores da razão pública (razoabilidade e imparcialidade), pode-se pensar esses valores políticos como absolutos, como tendo um fim em si mesmos, e não apenas como obrigações instrumentais, como deveres que teriam o seu valor dado por uma finalidade exterior. Não estaria Rawls subscrevendo uma tese de pragmatismo universalista com base

em um intuicionismo mitigado, que afirmaria a realidade dos valores políticos em contraposição à diversidade de consciências em uma sociedade plural, sem, entretanto, recorrer a uma razão metafísica que possibilitaria o conhecimento do bom e a afirmação da verdade dos juízos morais? Parece que a idéia do consenso sobreposto possibilita uma justificação pragmatista, pois oportuniza o consenso moral-político mínimo entre doutrinas abrangentes razoáveis em um âmbito de justificação pública, estabelecendo as diretrizes públicas com base na reciprocidade e, também, oportuniza uma justificação mais forte ao afirmar valores substanciais para a pluralidade moral. Assim, o critério de objetividade é alcançado para a justificação dos juízos e princípios morais em uma sociedade caracterizada pela diversidade moral, implicando em uma recusa do não-cognitivismo, anti-realismo e ceticismo.

**Abstract:** The aim of this article is to raise some considerations about the role of category of the overlapping consensus in John Rawls's theory of justice as fairness in *Political Liberalism* (Lecture IV), *Justice as Fairness: A Restatement* (§ 11) and *Replay to Habermas* (§ 2), with a view to identify a pragmatical justification model in a public scope, understanding the principles of justice for the basic structure of society as a social minimum that aims at the guarantee of the stability and legitimacy, assuring public criteria for the determination of the principal constitution, economic and social arrangements. With affirmation of the political values of the reasonableness and reciprocity, I'll identify a pragmatical-universalist justification model with basis in a mitigated intuitionism.

**Keywords:** overlapping consensus, justification, public reason

## NOTAS

- 1 "In such a consensus, the reasonable doctrines endorse the political conception, each from its own point of view. Social unity is based on a consensus on the political con-

ception; and stability is possible when the doctrines making up the consensus are affirmed by society's politically active citizens and the requirements of justice are not too much in conflict with citizens' essential interests as formed and encouraged by their social arrangements" (Rawls 1996a, vol. IV, p. 134). Ver, também, Rawls (2001, vol. I, §11.1, p. 32); e Freeman (2003, p. 32-33).

- 2 Segundo Scanlon, isto aponta para a inconsistência da idéia de uma sociedade bem-ordenada como apresentada em *TJ* e o fato do pluralismo razoável, apontando para uma mudança paradigmática da justiça como equidade de uma doutrina abrangente para uma concepção política de justiça auto-sustentada (Scanlon 2003, p. 159).
- 3 Em *LH* (Lectures on the History of Moral Philosophy), Rawls identifica três características centrais do pensamento político de Aristóteles: (1) está centrado na idéia de bem supremo como um ideal atrativo; (2) este bem supremo está identificado com o bem para o indivíduo; (3) a vida virtuosa possibilita alcançar este bem, sendo que este bem supremo é racional (*LH*: §4.5).
- 4 Segundo Dombrowski, a teoria da justiça como equidade de Rawls apresenta um caráter plural e puramente político do liberalismo político, pretendendo estabelecer um consenso sobreposto sobre doutrinas abrangentes (religiosas, filosóficas e morais), distinguindo o horizonte político do não-político (Dombrowski 2001, p. 13).
- 5 "In giving an important place to the idea of an overlapping consensus, we assume the fact of reasonable pluralism to be a permanent condition of a democratic society". (Rawls 2001, vol. I, §11.3, p. 33). Ver, também, Rawls (1996a, vol. IV, §1.6, p. 140).

- 6 Isto implica que o papel primordial da idéia do consenso sobreposto é o de resolver o problema da estabilidade em uma sociedade plural sem reivindicação de nenhuma doutrina abrangente, visando uma idéia de sociedade bem-ordenada mais realista, que possui sua unidade em uma concepção política de justiça com a afirmação de valores puramente políticos. A esse respeito ver Freeman (2007, p. 366) e Scanlon (2003, p. 164).
- 7 Segundo Guillaume, o conteúdo da razão pública é a idéia de uma concepção política de justiça que é derivada de um ideal de decisão política entre cidadãos autônomos: “L’idée d’une conception politique de la justice procède en effet d’un idéal des rapports politiques entre citoyens autonomes” (Guillaume 1999, p. 208).
- 8 “A conception of political legitimacy aims for a public basis of justification and appeals to public reason, and hence to free and equal citizens viewed as reasonable and rational”. (Rawls 1996a, vol. IV, §2.3, p. 144). Ver, também, (Rawls 2001, vol. I, §11.3, p. 34).
- 9 Segundo Baynes, a teoria da justiça como eqüidade contrasta consideravelmente com uma concepção de justiça libertariana (como de Nozick) ao considerar a estrutura básica da sociedade como o objeto primeiro da justiça, de forma que as instituições sociais de fundo têm a finalidade de garantir as expectativas e oportunidades dos membros da sociedade: “(...) Rawls focuses attention on the background social institutions that shape the expectations and opportunities of representative members within that society” (Baynes 1992, p. 161).
- 10 “Were justice as fairness to make an overlapping consensus possible it would complete and extend the movement of thought that began three centuries ago with the gradual

acceptance of the principle of toleration and led to the nonconfessional state and equal liberty of conscience. This extension is required for an agreement on a political conception of justice given the historical and social circumstances of a democratic society. To apply the principle of toleration to philosophy itself is to leave to citizens themselves to settle the questions of religion, philosophy, and morals in accordance with views they freely affirm". (Rawls 1996a, vol. IV, §4.4, p. 154).

- 11 "A political conception is at best but a guiding framework of deliberation and reflection which helps us reach political agreement on at least the constitutional essentials and the basic questions of justice. If it seems to have cleared our view and made our considered convictions more coherent; if has narrowed the gap between the conscientious convictions of those who accept the basis ideas of a constitutional regime, then it has served its practical political purpose". (Rawls 1996a, vol. IV, §5. 2, p. 156). Ver, também, (Rawls 2001, vol. I, §11.6, p. 37-38).
- 12 "Thus, the values that conflict with the political conception of justice and its sustaining virtues may be normally outweighed because they come into conflict with the very conditions that make fair social cooperation possible on a footing of mutual respect". (Rawls 1996a, vol. IV, §5.3, p. 157).
- 13 Segundo Alejandro, o pluralismo razoável é responsável pela identificação do estritamente político (valores políticos) em uma concepção de justiça que estabelece os princípios de justiça para a estrutura básica da sociedade tomada como um sistema de cooperação social (Alejandro 1998, 105).

- 14 Rawls utiliza um exemplo para demonstrar como certos princípios liberais se incorporam às instituições políticas existentes, a saber, o princípio da tolerância enquanto *modus vivendi* depois da Reforma Protestante. Primeiro, foi aceito com relutância, com o interesse básico de evitar guerras civis; depois, incorporado às instituições políticas existentes (Rawls 1996a, vol. IV, §6.2, p. 159).
- 15 Ver Hart 1961, p. 189-195.
- 16 “To conclude: at the first stage of constitutional consensus the liberal principle of justice, initially accepted reluctantly as a *modus vivendi* and adopted into a constitution, tend to shift citizens’ comprehensive doctrines so that they at least accept the principles of a liberal constitution. These principles guarantee certain basic political rights and liberties and establish democratic procedures for moderating the political rivalry, and for determining issues of social policy. To this extent citizens’ comprehensive views are reasonable if they not so before: simple pluralism moves toward reasonable pluralism and constitutional consensus is achieved”. (Rawls 1996a, vol. IV, §6.5, p. 163-4).
- 17 Segundo Altable, a especificidade do projeto do liberalismo político está em propor um consenso sobreposto entre as diversas doutrinas religiosas, filosóficas e morais, estabelecendo um acordo político entre os ideais comuns de todos os membros da sociedade (Altable 1993, p. 182).
- 18 Segundo Nythamar de Oliveira: “Princípios liberais de justiça, assim como o princípio de tolerância e as regras do jogo democrático, são endossados paulatinamente como *modus vivendi*, a partir do momento em que são adotados por uma constituição e passam a influenciar as próprias



doutrinas abrangentes dos cidadãos em direção a um pluralismo razoável” (Oliveira 2003, p. 442).

- 19 Nythamar de Oliveira identifica que, segundo a idéia central do liberalismo político de Rawls, as sociedades democráticas, divididas por doutrinas abrangentes razoáveis, podem acordar a respeito de uma teoria da justiça como eqüidade: “Uma tal teoria é, portanto, liberal e especificamente política na medida em que é auto-suficiente (fre-standing, segundo Rawls, ao contrário da teoria habermasiana do agir comunicativo), isto é, em que se limita à categoria do político sem adentrar em questões propriamente metafísicas ou teórico-filosóficas (...)” (Oliveira 2003, p. 446).
- 20 “The idea of an overlapping consensus is introduced to make the idea of well-ordered society more realistic and to adjust it to the historical and social conditions of democratic societies, which include the fact of reasonable pluralism”. (Rawls 2001, vol. I, §11.1, p. 32).
- 21 Segundo Pogge, tomar o fato do pluralismo como ponto de partida para o consenso sobreposto significa uma esperança para uma sociedade livre em que as doutrinas abrangentes (morais, religiosas e filosóficas) não são utilizadas como referência central para uma concepção política de justiça, estabelecendo um critério público de justiça e justificação moral, sendo um critério de justificação política para a estrutura básica da sociedade (Pogge 2007, p. 34-8).
- 22 Ver Habermas 1996a/1996b, p. 90-96.
- 23 Segundo Freeman, o consenso sobreposto representa um desenvolvimento extraordinário da teoria tradicional do contrato social. Este consenso sugere que o tipo de acordo geral sobre princípios sociais de justiça não necessita ser

um *modus vivendi* entre interesses abrangentes conflitantes, como no modelo hobbesiano, por exemplo (Freeman 2007, p. 370).

## REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, Roberto. *The Limits of Rawlsian Justice*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

ALTABLE, Maria Pilar González. *John Rawls: una concepción política y liberal de la justicia*. Santiago: Novo Século, 1993.

BAYNES, Kenneth. *The Normative Grounds of Social Criticism: Kant, Rawls, Habermas*. Albany: SUNY Press, 1992.

DOMBROWSKI, Daniel A. *Rawls and Religion: the case for political liberalism*. Albany: SUNY Press, 2001.

FREEMAN, Samuel. Introduction. In: S. FREEMAN (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 1-61.

\_\_\_\_\_. *Rawls*: Routledge Philosophers. London: Routledge, 2007.

GUILLARME, Bertrand. *Rawls et l'Égalité Démocratique*. Paris: PUF, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Politischer Liberalismus – Eine Auseinandersetzung mit Rawls. *Die Einbeziehung des Anderen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996a, p. 65-94.

\_\_\_\_\_. Vernünftig versus Wahr – oder die Moral der Weltbilder. *Die Einbeziehung des Anderen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996b, p. 95-127.

HART, H. L. A. *The Concept of Law*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes. Justiça e tolerância segundo Rawls: uma interpretação da democratização do judiciário. In: OLIVEIRA, N.; SOUZA, D. (Orgs.). *Justiça e Política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003, p. 431-449.

POGGE, Thomas. *John Rawls: His Life and Theory of Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

RAWLS, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1996a.

\_\_\_\_\_. Replay to Habermas. In: \_\_\_\_\_. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1996b, p. 372-434.

\_\_\_\_\_. *Collected Papers*. Edited by Samuel Freeman. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 2000a (Revised Edition).

\_\_\_\_\_. *Lectures on the History of Moral Philosophy*. Edited by Barbara Herman. Cambridge: Harvard University Press, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Justice as Fairness: A Restatement*. Edited by Erin Kelly. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

SCANLON, T. M. Rawls on Justification. In: S. FREEMAN (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 139-167.